

EDUCAÇÃO E TRABALHO NA PERSPECTIVA DE EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO E ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

EDUCATION AND WORK AT THE PERSPECTIVE OF EX-STUDENTS OF HIGH SCHOOL AND UNIVERSITY STUDENTS

Márcio Luiz Bernardim¹

RESUMO: este artigo discute a transição do Ensino Médio para o Ensino Superior, valendo-se de um conjunto de investigações realizadas com alunos do Ensino Médio, da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e universitários, além de utilizar estatísticas oficiais sobre o ensino médio e o ensino superior no Brasil. Tomando o Ensino Médio como etapa da educação escolar básica que visa preparar para o trabalho e para o prosseguimento dos estudos, e o ensino superior como espaço possível de continuidade da formação de jovens e adultos trabalhadores, este artigo apresenta e analisa a importância atribuída pelos alunos à educação escolar. O tratamento estatístico dos microdados do vestibular de uma instituição pública paranaense proporcionou a apuração de indicadores do aproveitamento de cada um dos grupos de egressos do ensino médio nesse processo, de acordo com a natureza da escola frequentada (pública x privada) e da faixa etária dos candidatos. A pesquisa com universitários de último ano de curso permitiu detectar o tipo de escola frequentada no Ensino Médio, a importância atribuída ao curso escolhido e as perspectivas quanto ao futuro educacional e laboral. Ao final, a análise e discussão dos dados permitiu concluir que: a escola continua desempenhando um papel importante na vida dos jovens; a educação escolar representa um novo ânimo na vida dos adultos que ficaram historicamente marginalizados das oportunidades educacionais; embora os egressos da EJA manifestem interesse de ingressar na universidade, poucos são os que se inscrevem e, dentre os que o fazem, menos ainda os que obtêm êxito; que as chances de aprovação são maiores entre os que tentam ingresso logo ao término do Ensino Médio.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio; Educação de Adultos; vestibular; curso superior.

ABSTRACT: the present article discusses the transition from high school to college, making use of a collection of investigations carried out with high school, youth and adults' education and college students, besides using official numbers about high school and university education in Brazil. Considering high school as the stage of basic school education that aims to prepare students for work and the continuing of their studies, and the university as the place for the development of the formation of youth and adults, this article presents and analyses the importance given to school education by the students. The treatment used with the micro data from the vestibular of a public institution from Paraná provided numbers that indicated the profits of each one of the high school ex-students groups within the process, according to the nature of the attended school (public or private) and to the age of the candidates. The research with college students from the last period of the course permitted to detect the type of school attended in high school, the importance given to the chosen course and the perspectives regarding to the educational and working future. By the end, through the analysis and the discussion on the data it was possible to verify that: school education still plays an important role in the youth's life; school represents a new intention in lives of adults that were away from educational opportunities for a long time; although ex-students from youth and adults' education

¹ Mestre em Educação; Professor da Universidade Estadual do Centro Oeste-PR; membro dos Grupos de Pesquisa Educação e Trabalho, da UFPR, e Administração e Ciência da Informação/UNICENTRO. E-mail: marcio@unicentro.br

show interest in entering college, not many of them subscribe themselves and, among those who do, just a few succeed; that the chances of approval are higher among those that try to enter college just after finishing high school.

KEYWORDS: High School; Adults' Education; "vestibular"; higher education.

INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado de uma inquietação sobre os desdobramentos da revalorização da educação escolar no Brasil, principalmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 1996) e do impulso que ela proporcionou para a materialização de inúmeras políticas públicas voltadas à recuperação do prejuízo histórico e ao enfrentamento dos desafios educacionais postos pela sociedade contemporânea.

Como o campo da pesquisa educacional é tão amplo quando desafiador, esse artigo concentra a atenção sobre as possibilidades de prosseguimento dos estudos para os jovens e adultos egressos do Ensino Médio, a partir das especificidades das suas ofertas. Estaria esse público sendo satisfatoriamente atendido pelas políticas atuais? Se entre os objetivos do Ensino Médio estão o preparo para a continuidade dos estudos e para o trabalho, até que ponto os egressos conseguem ingressar na universidade? Uma vez na universidade, quais as percepções dos alunos sobre a importância da educação e quais as suas expectativas educacionais e profissionais?

A marginalidade socioeconômica que os trabalhadores e seus filhos experimentam no Brasil, pode ser dimensionada pela associação do caráter meritocrático impingido à educação escolar pela sociedade, com a inexistência de um sistema de garantia dos direitos básicos, para não dizer das condições básicas de sobrevivência, como sucedeu no caso do *estado de bem-estar social* dos países ditos desenvolvidos.

Mesmo depois dos projetos desenvolvimentistas dos anos 1950 e 1960, e dos grandes investimentos públicos focados na substituição de importações, com a criação da indústria nacional de base e rápido processo de urbanização do país, não se conseguiu ampliar, no plano das políticas públicas educacionais, o grau de escolarização dos trabalhadores para além de quatro anos da Educação Básica.

Nos últimos vinte e cinco anos, todavia, é possível perceber uma mudança de direção, que se não resolve os problemas nesse campo, pelo menos permite o seu enfrentamento sob novos critérios. Assim, é possível comemorar um novo ânimo no campo da educação, perceptível nas ações que democratizaram a gestão da escola pública que

vincularam o aporte de recursos ao orçamento público, praticamente universalizaram as matrículas no Ensino Fundamental, ampliaram o conceito de educação básica (compreendendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio), avançaram sobre a educação inclusiva, construíram uma rede permanente de oferta educacional para jovens e adultos, retomaram as discussões sobre a educação profissional e multiplicaram as vagas públicas no ensino superior.

Conforme já se alertou, isso não significa que os problemas todos estejam equacionados. Uma sondagem dos dados divulgados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2010), a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mostra que os avanços são bons, mas ainda insuficientes. O alcance, em 2008, de taxas brutas de frequência escolar de 98% para a faixa dos 7 aos 14 anos e de 85,2% para a faixa dos 15 aos 17 parecem excelentes. Mas se for considerada a faixa etária dos 18 aos 24 anos, essa taxa cai para 30,3%, revelando que a maioria dos brasileiros com déficit educacional, que não conseguiram cursar o Ensino Médio na idade apropriada, por exemplo, continuam excluídos da escola. Da mesma forma, para a faixa dos 15 aos 17 anos, a taxa líquida não ultrapassa 51%ⁱ.

Dessa forma, as notícias boas podem encobrir a necessidade de avaliação permanente das ações deflagradas e da busca de aperfeiçoamento das políticas públicas. As respostas para as perguntas anteriormente levantadas podem contribuir para a análise da oportunidade e da efetividade das políticas públicas educacionais destinadas ao público jovem e adulto trabalhador.

Nesse sentido, este relato, que contempla o resultado de um conjunto de ações investigativas deflagradas nos últimos anos, com estudantes jovens e adultos, do Ensino Médio e do Ensino Superior, procura contribuir para a análise das relações entre educação e trabalho, especialmente a partir da realidade concreta dos estudantes que ressignificam a escola e que atribuem a ela um papel importante na realização de seus projetos de vida.

A REALIDADE EMPÍRICA DO ESTUDOⁱⁱ

Conforme anunciado, este relato é o resultado de uma pesquisa contínua no campo da educação e trabalho, com vistas a perceber as condições em que se dá a inserção de jovens e adultos nos universos escolares e laborais no contexto da sociedade capitalista. Logo, os dados a seguir apresentados são fruto de investigações ocorridas em diferentes momentos e espaços, a partir de fontes distintas, mas que têm em comum o interesse de conhecer melhor

as relações dos jovens e adultos com a educação e com o trabalho, a partir da aplicação de questionários a estudantes de determinados estratos escolares e de acesso a dados de um processo seletivo para ingresso na universidade.

PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS DE ESTUDANTES DA EJA

Neste item são apresentados os resultados de uma pesquisa que abordou alunos de um grande estabelecimento de ensino público estadual que oferece o Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos, nos anos de 2005/2006, visando traçar o seu histórico socioprofissional, suas percepções quanto ao trabalho e à educação e suas perspectivas para depois do curso.

Os dados demonstram que esses alunos apresentam maior heterogeneidade etária, com um terço do total com mais de 35 anos de idade. Essa é uma característica dessa modalidade, que nasceu como programa de atendimento aos brasileiros historicamente marginalizados do processo educacional.

Apesar de cumprir um papel importante na inclusão escolar do público adulto, parece que, passada essa fase, a frustração ganha novos contornos, agora pela impossibilidade de continuação dos estudos em nível superior, pelo menos para a maioria deles. Dos alunos pesquisados, 90% manifestaram o interesse de ingressar na universidade (aí incluídos, portanto, os da faixa etária mais elevada), dos quais 59% anteciparam que só teriam condições de prosseguir no ensino superior mediante o ingresso em instituição pública. A questão não é que estejam impedidos de sonhar ou que não reúnam condições de continuar os estudos, mas segundo dados da PNAD (IBGE, 2010) apenas 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos frequenta a escola, taxa que cai para 12% na faixa de 25 a 29 anos, revelando uma limitação estrutural já por ocasião do acesso.

Quanto a esse anseio de prosseguir os estudos, a manifestação de um dos alunos é significativa do grande desafio que isso representa, dadas as restrições já enfrentadas pelos jovens em idade/série regular e que tende a se agravar no caso dos deserdados da escola na idade própria: “Quero fazer Enfermagem para ter um ordenado bom e dar os cursos que minhas filhas merecem para ter uma vida melhor, pois a que eu tive foi muito sofrida” (aluna 244).

Aqui se revelam as consequências da falta de escolarização desse público na época adequada, seja pela necessidade de trabalhar ou por outros motivos. Foram 50% os alunos de EJA que declararam ter começado a trabalhar antes mesmo de completar 15 anos de

idade, para obter renda. Somando-se os que começaram até os 17 anos, esse índice sobe para 72%, mostrando que o público da EJA é formado por estudantes que, prematuramente, precisaram ser trabalhadores. É o que demonstra a fala de um dos pesquisados, que na época deixou de estudar “porque sentia muito cansaço, era jovem e não suportava o peso do trabalho” (aluno 219), ou de outro que precisava “ajudar a família, pois éramos 7 irmãos e a dificuldade era muito grande; minha mãe não conseguia dar os estudos e assim eu fui trabalhar” (aluno 244).

Mesmo em condições de elevadas taxas de desemprego, a percepção da relação entre educação e trabalho mantém-se elevada. Do total dos alunos do Ensino Médio da EJA, 33% acham que a educação melhora as condições de emprego e 27% acham que ela melhora as condições “para a obtenção” de um emprego. Logo, boa parte deles não só confiam na educação como ponte para a melhora das condições de trabalho e renda, como a consideram um passaporte para a obtenção de emprego.

Nessa ótica, a análise das relações entre educação e trabalho precisa levar em conta, também, a dualidade estrutural da sociedade como causa das diferentes condições de produção e reprodução da vida. A desigualdade no acesso educacional alimenta a vulnerabilidade e reforça o continuado processo de exploração social.

PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

O interesse de pesquisar os estudantes do Ensino Médio faz parte de um esforço maior de investigação que vem sendo empreendido pelo Grupo de Pesquisa *Juventude, Escola e Trabalho*, da Universidade Federal do Paraná, e que busca estudar os sentidos da educação e do trabalho para a juventude. Os dados ora apresentados se limitam a uma amostra de três turmas do noturno (uma de Ensino Médio regular, uma de Ensino Médio integrado à educação profissional e outra de curso técnico subsequente) de um estabelecimento da rede estadual pública da Região Metropolitana de Curitiba, totalizando sessenta e cinco alunos-respondentes.

Essa pesquisa foi realizada no mês de novembro de 2011, mediante a aplicação de questionários diretamente aos alunos, em sala de aula. Os dados que interessam são os que expressam as respostas dos alunos às seguintes perguntas: por que vêm para a escola? Quais as motivações para não desistir de estudar? A primeira questão está mais relacionada à percepção do significado da escola hoje, enquanto a segunda busca investigar as

motivações apresentadas pelos alunos para permanecer estudando, mesmo diante das inúmeras dificuldades por eles apontadas.

As respostas mais frequentes para a primeira questão, assinaladas pelos alunos a partir de um rol de oito possíveis opções (das quais poderiam assinalar até três), foram, em ordem de incidência: para obter formação profissional, para prosseguir nos estudos, para conseguir emprego e para estar com amigos. Mesmo entre os alunos do Ensino Médio regular, a resposta “para obter formação profissional” aparece em primeiro lugar, permitindo inferir que os alunos associam a educação escolar em geral ao processo de formação profissional, e não necessariamente o fato de estarem matriculados em um curso técnico específico. É também interessante a menção tanto da formação para o trabalho quanto da preparação para o prosseguimento dos estudos como as mais importantes contribuições da escola de ensino médio.

No caso das respostas às motivações para não desistir dos estudos, desponta o desejo de conclusão dos estudos como a principal, assinalada por mais de 90% dos alunos, também a partir de uma lista de respostas pré-elaboradas. Depois aparecem respostas com incidências bem menores (abaixo de 30%), como convivência com os colegas, matérias interessantes e facilidade de aprender.

O cruzamento dos dados obtidos nas duas questões demonstra que os estudantes de Ensino Médio buscam realizar na escola as necessidades mais imediatas, como a formação profissional e a convivência com os colegas, além de potencializar a satisfação de outros desejos, como a obtenção de emprego e o prosseguimento dos estudos.

Essa última expectativa, portanto, recoloca o ensino médio como uma etapa importante da formação, mas não necessariamente a última. Só o prosseguimento nos estudos, em nível superior, parece satisfazer as necessidades mais amplas do indivíduo no século XXI, pelo menos para grande parte dos alunos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NA UNIVERSIDADE

Considerando os resultados anteriormente apresentados, que demonstram o interesse de jovens e adultos do Ensino Médio regular, da EJA e da educação profissional, de continuar estudando, e considerando o objetivo desse nível escolar de preparar o estudante para o trabalho e para o prosseguimento nos estudos, este item focará a atenção sobre a transição dos estudantes desse nível para a universidade.

Para tanto foi pesquisada uma edição do vestibular de uma universidade pública do interior do estado do Paraná, que tem cerca de dez mil alunos de graduação. O estudo se deu no último trimestre de 2011, a partir dos microdados da pesquisa socioeducacional aplicada aos candidatos pela própria universidade.

No geral, os dados apontam que: os candidatos com até 20 anos de idade são a maioria; as mulheres representam 60%; mais de 90% são solteiros; 25% fizeram algum curso preparatório para o vestibular; 84% cursaram Ensino Médio regular, 12% cursaram educação profissional e 4% EJA; 55% não trabalham e são sustentados pela família e 21% trabalham para o seu próprio sustento e/ou da família; 47,5% confirmaram que terão que trabalhar durante o curso superior; quase 60% disseram ter escolhido o curso de acordo com suas aptidões pessoais e 23% por preparar para uma profissão que apresenta boas oportunidades no mercado de trabalho.

Alguns dos cursos mais concorridos na universidade, por ocasião da pesquisa, são: i) integrais: medicina veterinária, com quase 32 candidatos por vaga, agronomia (22/v) e farmácia (20/v); ii) não-integrais: publicidade e propaganda (18 c/v), administração (16/v) e contabilidade (13/v).

Entre os cursos menos concorridos estão os de licenciatura, conforme se verifica também na maioria dos vestibulares pelo Brasil afora, com destaque, no caso pesquisado, para Letras (manhã ou noite), História (manhã), Pedagogia (manhã ou noite), Matemática (manhã ou noite), além dos cursos de bacharelado em Turismo e Secretariado Executivo, todos com menos de 5 candidatos por vaga.

As diferenças de procura entre cursos estão associadas a uma série de fatores, que vão da materialidade das condições de renda proporcionadas pelas carreiras profissionais percebidas pela sociedade, e utilizadas como critérios de opção pelos candidatos ao vestibular, até as questões mais subjetivas de realização pessoal e identificação com a área. Quaisquer que sejam as explicações, o que se percebe é que há necessidade de ampliação das vagas no ensino superior, conforme apontado por diversos estudos, como o transcrito a seguir:

[...] o Brasil tem uma necessidade premente de ampliar o acesso à educação superior e de democratizar o perfil dos seus alunos, em especial nos cursos mais concorridos. Constata-se também que a saída deve dar-se pela expansão do setor público, uma vez que o grau de privatização apresentado por esse nível de ensino já é um dos maiores do mundo. (PINTO, 2004, p. 752).

Mesmo com a expansão verificada nos últimos anos, e analisada no próximo item deste artigo, há necessidade de ampliação do acesso, principalmente para a população mais pobre e que mais se ressentida da falta da verticalização escolar como mecanismo de

mobilidade social. Segundo Oliveira et al. (2008, p. 83), “as inovações de seleção não têm conseguido alterar o panorama de seletividade social, uma vez que elas não modificam o paradigma de escola elitista existente no país”. De acordo com esses pesquisadores, ainda não foi feita uma ruptura com o padrão de seleção para o ensino superior, que continua privilegiando os candidatos com maior capital econômico e cultural. Como consequência, persiste uma seleção baseada em “aptidões e capacidades naturais”, as quais, historicamente, asseguram que os cursos de maior prestígio social estejam destinados a uma elite.

Não há espaço, aqui, para aprofundar e discutir o critério de verdade dessas tais aptidões ou capacidades “naturais”, mas entre os estudantes da nossa pesquisa também foi observado esse discurso, uma vez que perto de 60% deles afirmaram ter escolhido o curso de acordo com essas supostas aptidões.

A associação do fato de 90% dos alunos serem solteiros, 60% mulheres e mais da metade não ter certeza sobre a necessidade de trabalhar durante o curso, permite deduzir que parte considerável dos alunos mais pobres e adultos trabalhadores, como os atendidos pela EJA, sequer apresentam-se como candidatos ao vestibular, revelando que a frustração em relação à continuidade dos estudos começa já no momento mesmo da decisão de concorrer ou não a uma vaga na universidade. Mesmo quando é tomada a iniciativa de enfrentar o vestibular, observa-se um encaminhamento “natural” para os cursos menos concorridos, majoritariamente da carreira docente.

Sobre essa questão há pesquisas demonstrando que os cursos que preparam para o magistério não são a primeira opção da maioria dos candidatos ao ingresso na universidade. A Fundação Carlos Chagas (2009, p. 42) mostra, mediante pesquisa com alunos do 3º ano do ensino médio de escolas públicas e privadas de oito estados de todas as regiões brasileiras, que 83% deles demonstram interesse por carreiras totalmente desvinculadas da atividade docente. Os motivos apresentados pelos alunos deixam transparecer a ideia de que esse profissional é mal remunerado e desprestigiado, o que explica em parte os problemas enfrentados pela profissão, como “a insatisfação dos que já estão inseridos no campo da docência e a rejeição daqueles que ainda estão na iminência de se inserir no mercado de trabalho”ⁱⁱⁱⁱ.

Voltando ao nosso estudo sobre um vestibular específico, o quadro 1 apresenta uma síntese, acompanhada de alguns indicadores obtidos a partir do tratamento dos microdados, os quais vão classificados de acordo com o tipo de escola de Ensino Médio frequentada pelos candidatos:

Quadro 1 – Resumo do vestibular de uma universidade pública segundo a natureza dos estabelecimentos de ensino médio frequentados pelos candidatos

Indicadores	EM público	EM privado	Total
Inscritos	4.589	1.103	5.692
Aprovados	593	226	819
% Inscritos em relação ao total	80,6	19,4	-
% Aprovados em relação ao total	72,4	27,6	-
% Aprovação em relação aos inscritos	12,9	20,5	-

FONTE: Pesquisa do autor.

Embora os dados sejam autoexplicativos, é interessante ressaltar que enquanto o índice de aproveitamento é de 12,9% entre os candidatos oriundos de escolas públicas, chega a 20,5% no caso dos candidatos egressos de escolas particulares. No que se refere à composição dos potencialmente novos alunos da universidade, os egressos da escola privada, que representavam menos de 20% dos candidatos, passam a ocupar quase 28% das vagas, tendo em vista o melhor desempenho no processo seletivo.

A demonstração quantitativa do melhor aproveitamento dos egressos do Ensino Médio privado no vestibular, quando comparados aos egressos do Ensino Médio público, é um dado importante, mas não de todo elucidativo. Por que estariam os alunos do Ensino Médio público tendo um desempenho inferior no vestibular? Uma possível resposta é que as escolas particulares oferecem ensino de melhor qualidade, conforme defendem, inclusive, alguns estudos que utilizam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como referência.

A esse respeito, matéria de Galvão (2010) noticiou que as escolas públicas de nível médio obtiveram os piores resultados no ENEM, argumentando que entre as 1000 piores do total de 24 mil escolas que participaram do exame, 90% são públicas. Outra notícia, de Borges (2010), informa que apenas 88 das 1000 melhores escolas ranqueadas no ENEM são públicas, dentre as quais somente três não são técnicas ou não estão vinculadas a universidades.

Não parece, todavia, que essa resposta possa ser tomada como definitiva no caso da transição do Ensino Médio para a universidade. Alguns aspectos mais sutis podem

fugir a uma análise fria e calculista da questão. Um elemento que deve ser considerado é o do tempo que transcorre entre a conclusão do Ensino Médio e a tentativa de ingresso na universidade, ou ainda, da relação entre a idade dos egressos do ensino médio e grau de sucesso no vestibular, restando importante, pois, na falta de dados mais objetivos, o conhecimento da faixa etária dos candidatos.

O quadro 2 ajuda a entender um pouco as relações entre a faixa etária dos candidatos, o tipo de escola média cursada e o grau de sucesso no vestibular, demonstrando que há uma série de outras inter-relações a serem analisadas:

Quadro 2 – Distribuição dos inscritos e aprovados no vestibular, segundo tipo de escola de ensino médio frequentada e faixa etária – em %

Faixa etária =>	até os 17 anos			dos 18 aos 24 anos			acima dos 24 anos		
	Públ.	Part.	Geral	Públ.	Part.	Geral	Públ.	Part.	Geral
% do total de inscritos	15	26	17	71	71	71	14	3	12
% do total de aprovados	39	34	37	42	62	47	19	4	16
% de aprov. dos candidatos da faixa	30	23	28	7	15	8	15	26	16

FONTE: Pesquisa do autor.

O conjunto de dados mostra que, no geral, prevalece um número de candidatos bem maior na faixa que vai dos 18 aos 24 anos, representando 71% tanto do total de egressos da escola pública quanto da particular. A diferença entre os inscritos está nas faixas extremas apuradas, pois enquanto para os egressos da escola pública há distribuição mais ou menos equânime (15% até os 17 anos e 14% acima de 24 anos), no caso da escola particular são poucos os inscritos que já ultrapassaram 24 anos (3%), contra 26% que ainda não completaram os 18.

Outra constatação interessante é que o grau de sucesso ou aprovação é bastante maior entre os candidatos da faixa etária até os 17 anos (28%), seguido pelo grupo acima de 24 anos (16%). Além disso, o grau de sucesso é maior entre os egressos da escola pública da faixa até os 17 anos (30%), seguido pelos egressos da escola particular da faixa acima de 24 anos (26%). Chama a atenção o insucesso dos candidatos de escolas públicas da faixa dos 18 aos 24 anos (apenas 7%), menos da metade do grau de aprovação obtido pelos concorrentes de faixa vindos da escola particular (15%).

Em síntese, se os indicadores mostram que, na média, os egressos do Ensino Médio privado têm melhores chances de sucesso que seus concorrentes do Ensino Médio público, também é preciso considerar que no caso dos alunos recém-concluintes do Ensino

Médio que não têm defasagem idade-série, o desempenho dos egressos da escola pública é melhor.

O QUE DIZ A PESQUISA COM GRADUANDOS DE CURSOS UNIVERSITÁRIOS

Uma investigação continuada que temos realizado com estudantes universitários, desde a década de 1990, também parece útil para perceber as relações que os estudantes de nível superior mantêm com a educação escolar formal e o sentido que lhe atribuem.

Os dados a serem utilizados neste esboço referem-se à investigação realizada em 2009, mediante a aplicação de um questionário semiestruturado a duzentos e noventa formandos de diversos cursos de um dos *campi* de uma instituição pública localizada no interior do estado do Paraná. O instrumento permitiu, entre outras inferências, caracterizar o perfil socioeconômico do aluno, captar as alterações profissionais ocorridas durante o curso, perceber as intenções profissionais e educacionais dos alunos quando da conclusão do curso e problematizar os sentidos atribuídos e as relações dos estudantes com a educação.

Considerando que essa investigação de caráter contínuo tem sido objeto de outras discussões e socialização, neste artigo apresentaremos tão somente os resultados de interesse imediato à discussão da temática nos limites já anunciados.

Segundo declaração dos alunos abordados, 82% frequentaram Ensino Médio público e 18% particular. Confrontando-se tais informações com os dados apresentados e discutidos a partir do quadro 1, que mostra uma composição potencial de novos alunos provenientes em 28% do Ensino Médio privado, lançam-se duas hipóteses excludentes: i) de que o grau de sucesso no vestibular dos alunos egressos das escolas particulares vem se ampliando; ii) se essa taxa permanece constante, de que o índice de evasão desses mesmos alunos, originários do Ensino Médio privado, é maior do que o de seus colegas provenientes do Ensino Médio público. Como não é esse o escopo deste estudo, reforça-se apenas que é um dado que merece aprofundamento.

É interessante sinalizar que entre o início e o final do curso universitário, o índice de ocupação com trabalho remunerado formal avança de 41% para 47% e de 18% para 27% entre os informais e que, no mesmo período, o índice de desemprego involuntário dos estudantes cai de 18% para 8%.

Tais dados revelam o caráter indutor da escolarização universitária na obtenção de trabalho e renda, embora não necessariamente com a qualidade desejada, tendo

em vista o crescimento maior do trabalho informal, revelando os limites da educação na geração de emprego, que depende mais das condições macroeconômicas. Considerando-se que a Pesquisa Mensal de Emprego (PME - IBGE, 2012) tem apresentado indicadores em curva descendente, partindo de 10,5% em 12/2002, ficando em 8,4% em 12/2006 e chegando a 4,9% em 11/2012, constata-se que fazer parte de um estrato altamente escolarizado não garante ao universitário necessariamente um risco menor de desemprego.

Mesmo considerando que o desemprego entre os universitários é alto, cabe registrar que 74% dos estudantes que trabalhavam quando do ingresso na universidade declararam que o curso escolhido contribuiu positivamente para manter ou conseguir o emprego atual, evidenciando certa mobilidade laboral associada à maior escolarização.

A dificuldade de inserção por parte dos jovens pode ser o reflexo visível de um imbricado conjunto de fatores, que vai da objetiva falta de oportunidades decorrente da situação macroeconômica, passa pelo desemprego friccional decorrente do descompasso entre o conjunto dos trabalhadores e o “tamanho” do mercado de trabalho e se desdobra, inclusive, na incompatibilidade das condições estruturais e demandas do sistema produtivo com as oportunidades educacionais especificamente escolares.

Percebeu-se entre os universitários da nossa pesquisa um interesse de continuar estudando após a conclusão do curso, conforme manifestação de 67% dos empregados e 72% dos desempregados, restando declarada a intenção de buscar, rapidamente, um curso de pós-graduação *lato sensu*. Como praticamente três quartos deles já exercem alguma atividade remunerada, parece não haver problema na conciliação entre estudo e trabalho.

Em uma pesquisa que discutiu o desemprego e o retardamento do ingresso no mercado de trabalho por parte dos jovens melhor escolarizados, Gondim (2002, p. 307) relata que, segundo os estudantes universitários pesquisados, “a alternativa para a insegurança [percepção de incapacidade técnica] passa a ser a pós-graduação, na esperança de terem um perfil mais definido, adiando, na prática, o ingresso no mercado de trabalho”. Mais a frente, aprofundando a questão, a pesquisadora esclarece que referida “insegurança” está relacionada à percepção que os estudantes têm das demandas do mercado:

Os estudantes demonstraram reconhecer que há necessidade permanente de qualificação para se manter no mercado de trabalho, mas o motivo principal que está levando boa parte deles para a pós-graduação é o despreparo para o mercado profissional. Isto ficou muito evidente quando a discussão centrava-se no perfil que eles acreditavam estar sendo requerido no mercado de trabalho e sobre a decisão que haviam tomado sobre seu futuro profissional. (GONDIM, 2002, p. 307).

Assim, embora a questão do desemprego tenha múltiplas causas e variadas formas de enfrentamento, os jovens desempregados, especialmente os menos pobres e que, por isso, têm menos urgência de trabalhar, incorporaram na prática o discurso do sistema de que somente os melhor preparados, aí se referindo à plataforma educacional anterior, terão condições de se inserir e manter em condições vantajosas. Nesse sentido, a escola leva a culpa de não os ter preparado adequadamente para suprir as exigências empresariais, conforme depoimento de um dos estudantes abordados na nossa pesquisa, pelo menos no sentido de relativização do poder da certificação escolar: “segundo meus pais, um diploma significa portas abertas para o mercado. Na minha opinião, acredito não ser essa a realidade” (D74).

O curioso de tudo é que, mesmo que a culpa da falta de habilidades e competências seja atribuída à escola, é a ela que os mesmos alunos recorrem para suprir essa deficiência, mediante o ingresso na pós-graduação, conforme constatação do estudo de Gondim (2002).

Também chama a atenção o fato de a carreira docente aparecer como perspectiva de menos de 10% dos alunos pesquisados, o que causa estranheza ao se considerar que 53% deles estavam concluindo cursos tradicionalmente voltados ao magistério, como Letras, Matemática e Pedagogia, por exemplo. Essa falta de expectativa com a carreira docente é paradigmática, até porque, em comparação com outros trajetos profissionais, a docência apresenta possibilidades razoavelmente seguras de absorção, seja na esfera pública dos três níveis federados, seja nas inúmeras alternativas que a economia em expansão oferece no ramo educacional.

Tais dados, quando cotejados com aqueles apresentados no item anterior deste artigo, mostram a gravidade da situação, pois mesmo com índices de desemprego considerados elevados, a carreira docente não parece ser uma opção interessante para os estudantes. O fato de 83% dos alunos do ensino médio, segundo pesquisa da Fundação Carlos Chagas (2009), não sentir nenhum interesse pelo magistério já é por si só um dado preocupante. Mas o desinteresse manifesto de quase 80% dos alunos-concluintes de cursos de licenciatura passa a ser um dado alarmante, tendo em vista a “aparente” opção inicial pelo magistério quando da “escolha” do curso. Daí infere-se que a opção pelo curso expressa mais uma estratégia de ingresso na universidade do que uma expectativa de atuação profissional do aluno, a menos que a trajetória entre o início e o final do curso tenha feito o aluno mudar de opinião, seja pela falta de identificação com a profissão, seja pelo vislumbramento de outras possibilidades de realização profissional julgadas mais interessantes.

Aqui vale analisar as respostas apresentadas pelos universitários às questões que visavam descobrir a importância por eles atribuída à educação para a vida profissional e para a vida em sociedade, conforme apresentado no quadro 3:

Quadro 3 – Fatores apresentados por universitários para justificar a importância atribuída à educação escolar, em ordem decrescente

Importância para a vida profissional	Importância para a vida em sociedade
- Qualificação profissional	- Conhecimento
- Mais oportunidades	- <i>Status</i>
- Carreira	- Socialização
- Bom salário/emprego	- Consciência política
- Iniciação profissional	- Visão ampla

FONTE: Pesquisa do autor.

Para além do fator emprego, que aparece em quarto lugar de importância como decorrente da associação entre educação e vida profissional, só bem depois apareceram respostas que associam a formação escolar com a “dignidade e o autossustento”. Disto infere-se que, para os universitários, a relação entre “educação e trabalho” e “trabalho e existência humana” se manifestam antes pela mediação de outras categorias, como o próprio status social, a carreira etc.

A percepção da importância revela o senso geral de que da escola não se pode esperar outra coisa que não seja algo positivo para a vida e para o futuro profissional. Mas, Nunes e Carvalho (2007, p. 191) problematizam os resultados do processo de verticalização da escolarização, mostrando, a partir de estudos sobre o ensino superior e a profissionalização, que,

[...] desde o ensino médio, pelo menos, inicia-se um processo de restrição da “visão de mundo” das gerações futuras, tornando-as candidatas à profissão antes de serem candidatas ao saber. Ao ingressarem nas instituições de ensino superior, tendo vindo, em geral, de um ensino médio decepcionante, salvo as exceções de elite de praxe, nossos estudantes orientam-se por uma matriz profissionalizante de ensino, deixando de lado a formação mais abrangente, humanística, histórica, social... enfim a educação. (NUNES; CARVALHO, 2007, p. 191).

A conformação da sociedade contemporânea de acordo com pressupostos que resultam na mercantilização das coisas, das relações e das pessoas, faz com que a

educação também se configure num patrimônio e proporcione ao seu portador uma vantagem sobre aqueles que não a possuem. Nesse sentido, a percepção da importância do curso superior para a vida parece ser maior entre os alunos de origem familiar menos escolarizada. Foi essa a constatação de Figueiredo (2006) ao entrevistar egressos de cursos universitários em São Paulo. Segundo ele, há um “sensível impacto positivo” do curso superior para os egressos cujos pais não tinham essa escolaridade. Os alunos reconhecem os ganhos para suas atividades profissionais e sentem-se também mais fortalecidos em suas questões pessoais, familiares e sociais.

Além disso, na nossa pesquisa com universitários foi possível obter manifestações equilibradas sobre as relações de trabalho e o papel da educação:

Penso que as condições de trabalho na sociedade atual têm mais de uma direção. Para os que têm pouca instrução formal, sobra muito trabalho físico, muitas horas de trabalho, pouca remuneração. Para aqueles que têm emprego, sobra muito esforço para se manter no emprego, sofrimento para estudar e superar o momento de assalariado mínimo. Para aqueles que têm uma relativa formação, o mercado exige constante aperfeiçoamento (E74).

Por fim, as inferências de fenômenos como os da valorização da educação universitária, associados à frustração decorrente do desemprego ou mesmo da falta de prosseguimento na carreira abraçada, lançam algumas luzes sobre as formas de funcionamento dos sistemas produtivo e educacional contemporâneos, que criam conflitos insolúveis dentro do próprio sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação, análise e discussão dos dados obtidos nas investigações relatadas neste artigo, permitem algumas constatações mais imediatas, e outras que dependem de novos e aprofundados olhares sobre a realidade que caracteriza a transição do Ensino Médio para a universidade no contexto da educação escolar brasileira contemporânea.

Uma primeira constatação é que, de fato, há melhorias significativas nos indicadores educacionais, em especial no que se refere ao atendimento quantitativo, à regulamentação de direitos e obrigações e à retomada do protagonismo do Estado nas políticas relacionadas à educação. Nem por isso é permitido ignorar a necessidade da melhoria das ações, de ampliação e otimização dos investimentos e do encaminhamento para a criação de um verdadeiro sistema nacional de educação.

No caso do Ensino Médio, os objetivos de assegurar ao educando a continuidade dos estudos, preparar para o exercício laboral e contribuir para o exercício da

cidadania, continuam no plano de um projeto em construção. Ao declararem que buscam satisfazer as necessidades mais imediatas de convivência e de formação profissional, os estudantes de Ensino Médio reforçam a escola como passaporte para a inserção na totalidade da vida em sociedade.

Tanto no ensino regular quanto na EJA, parece consolidada a perspectiva de continuar os estudos mediante o ingresso na universidade. Na modalidade EJA permanece forte a percepção de que a educação pode contribuir não só para a melhoria das condições de trabalho e renda, como para a obtenção de emprego. Essa perspectiva também tem se ampliado entre aqueles que, tendo concluído o Ensino Médio há mais tempo, percebem o nível superior como importante para melhorar sua condição de inserção socioeconômica.

A valorização da universidade como instância educacional importante, o aumento na procura por esse nível e o crescimento das vagas e cursos não são acompanhados por crescimento equivalente no número de candidatos. Uma explicação é que, como a maior oferta se dá na esfera privada e na educação a distância, o incremento de candidatos não se dá na mesma proporção, seja pelas dificuldades de acesso aos cursos pagos, seja pela falta de referência quanto à qualidade dos cursos não presenciais.

Apesar da manifestação expressa da importância da escola e do interesse de buscar o ingresso na universidade, a maior parte dos alunos mais pobres e adultos trabalhadores abortam essa possibilidade tão logo enfrentem a dura realidade de ter que concorrer a uma vaga. Mesmo quando é tomada a decisão de participar do processo seletivo à universidade, observa-se um encaminhamento para os cursos menos concorridos, majoritariamente da carreira docente. Curiosamente, mesmo os que obtêm sucesso e que chegam a concluir os cursos de licenciatura, ao final mostram-se pouco interessados pelo magistério como carreira profissional, mesmo em um contexto de elevado desemprego.

A probabilidade de prosseguimento dos estudos com o efetivo ingresso na universidade é maior entre os alunos recém-concluintes do Ensino Médio (até os 17 anos), inclusive com ligeira vantagem dos alunos provenientes do Ensino Médio público. Acima dessa faixa etária, os egressos do Ensino Médio particular apresentam melhores índices de aproveitamento.

Ao concluir este artigo, resta claro que o estudo da transição da escolarização média para o nível superior apresenta-se como um desafio permanente no contexto dos estudos educacionais, requerendo investigações que vão além da realidade dos

dados quantitativos e da análise das políticas. É esse o desafio que continuamos a nos impor para novas pesquisas nesse campo.

Notas

ⁱ Os institutos de pesquisa consideram *taxa bruta de matrícula* o resultado percentual da relação entre a totalidade de pessoas que frequentam um curso, independentemente da idade, e o público da faixa etária apropriada para frequentá-lo. A *taxa líquida de matrícula*, por outro lado, expressa a relação entre as pessoas com idade regular que frequentam o curso e o público da faixa etária apropriada para cursá-lo.

ⁱⁱ Por questão de sigilo e ética, não são identificados os estabelecimentos e respondentes que tornaram possível os estudos empíricos apresentados neste texto, devendo-se registrar o agradecimento a todas as escolas e estudantes que, ao se sensibilizarem à necessidade dos pesquisadores, participam dos estudos e contribuem para o avanço científico e a melhor compreensão da realidade educacional brasileira. Também fica o agradecimento à Universidade Estadual do Centro Oeste, pelo credenciamento como pesquisador e o fomento à pesquisa, e à Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos vinculada ao Grupo de Pesquisa “Juventude, Escola e Trabalho”, credenciado junto à UFPR e contemplado no Edital Observatório da Juventude.

ⁱⁱⁱ (Idem, p. 52).

REFERÊNCIAS

BORGES, P. Rede privada domina melhores do Enem 2009. *Último Segundo*. Brasília: 19 jul. 2010. Disponível em:

<http://ultimosegundo.ig.com.br/enem/rede+privada+domina+melhores+do+enem+2009/n1237721690404.html>. Acesso em: 12/12/2011.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 12/12/2011.

FIGUEIREDO, F. F. *Educação superior e mobilidade social: limites, possibilidades e conquistas*. 241f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Atratividade da carreira docente no Brasil*. Relatório Preliminar. São Paulo: Outubro, 2009.

GALVÃO, F. Escolas públicas de nível médio obtiveram os piores resultados no ENEM. *Jornal O Globo*. Brasília: 19 jul. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2010/07/escolas-publicas-de-nivel-medio-obtiveram-piores-resultados-no-enem.html>. Acesso em: 12/12/2011.

GONDIM, S. M. G. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. *Estudos de Psicologia*, Campinas, n. 7(2), p. 299-309, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa mensal de emprego*. Brasília: Dez. 2012. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme_201211tm_01.shtm. Acesso em: 29/12/2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2009*. Brasília: Set. 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708. Acesso em: 29/04/2011.

IPEA. *PNAD 2009: primeiros resultados*. Situação da educação brasileira – avanços e problemas. Brasília: 18 nov. 2010. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/101118_comunicadoipea66_apresentacao.pdf. Acesso em: 12/12/2011.

NUNES, E.; CARVALHO, M. M. de. Ensino universitário, corporação e profissão: paradoxos e dilemas brasileiros. *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 9, n. 17, p. 190-215, jan./jun. 2007.

OLIVEIRA, J. F. et al. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Orgs.). *Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB*. Brasília: INEP, 2008, v. 1, p. 71-88.

PINTO, J. M. R. O acesso à educação superior no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 727-756, Especial - Out. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 10/03/2012.

Recebido em novembro de 2012

Aprovado em fevereiro de 2013